



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

Contrato nº 226/2022

(ADESÃO)

ARP 009/2022 - PE 015/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

Cód.ID.CidadES/TCE-ES: 2022.004E0500003.16.0002

- CONTRATO Nº 226/2022 -

CONTRATO Nº 226/2022, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS PARA ATENDER A SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO – SEED, MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES E A EMPRESA FORTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022 – SESP-ES.

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2022 – PE Nº 015/2022, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SESP-ES.

O **MUNICÍPIO DE ALEGRE**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Parque Getúlio Vargas, 01, nesta cidade de Alegre/ES – CEP: 29.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.174.101/0001-35, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, *Nemrod Emerick*, brasileiro, casado, CI nº 1.398.371/SSP-ES e do CPF nº 270.485.428-96, residente e domiciliado na Rua Gabriel Simão, 124, Bairro Chácara da Serra, Alegre/ES, CEP: 29.500-000, denominado **CONTRATANTE**, tendo como ente interveniente a Secretaria Executiva de Educação (UG Educação), e de outro lado a Empresa **FORTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, vencedora do PE 015/2022 – ARP nº 009/2022 (SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SESP-ES), com sede à Avenida Estados Unidos, 1.200, Distrito Industrial, São Simão/SP – CEP: 14.200-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.368.875/0001-52, *neste ato representada por Antonio de Jesus Fernandes Ramos, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF Nº 690.491.908-63*, denominada **CONTRATADA**, que ajustam o presente **CONTRATO DE ADESÃO** objetivando a **AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS PARA ATENDER A SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO – SEED, MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES**, conforme condições e especificações contidas no Edital e seus Anexos, na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com o que disciplina o Proc. Nº 6504 de, 14/12/2022 – PMA/ES e o Edital do Pregão Eletrônico Nº 015/2022 (SESP-ES), resolvem assinar o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. DO OBJETO

- 1.1. Este Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS PARA ATENDER A SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO – SEED, MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES**, em seus respectivos quantitativos, conforme Relatório Anexo e o Anexo I do Edital, parte integrante deste contrato.
- 1.2. Integram este Contrato o Edital e todos os seus Anexos, bem como a proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. Fica estabelecida a forma de execução indireta, conforme a necessidade do Município de Alegre/ES, sendo identificada através da emissão de uma correspondente Autorização de Fornecimento (AF), no prazo estabelecido e em conformidade com o que fora licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA

3. DO PREÇO

- 3.1. A Contratante pagará a Contratada, pelo objeto aqui ajustado, a importância global de **R\$ 149.477,00 (cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais)**, pagos conforme Nota Fiscal atestada pelo Fiscal do Contrato e Secretário da pasta, de acordo com Relatório Anexo e o Anexo I do Edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto do contrato.
- 3.2. Os preços serão fixos e irredutíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA QUARTA

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, desde que, os serviços tenham sido efetivamente prestados, e devidamente atestados pela fiscalização, vedada a antecipação.
- 4.2. Os pagamentos serão efetuados conforme Nota Fiscal/Fatura apresentada e atestada pelo Fiscal do Contrato e Secretário da pasta.
- 4.3. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
- 4.4. A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.
- 4.5. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

CLÁUSULA QUINTA

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993, vigendo, portanto, até o dia **29 de Dezembro de 2023**, sendo permitida sua prorrogação nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 5.2. Fica resguardado o prazo de garantia do bem adquirido, conforme estipulado no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA

6. DAS FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes do presente contrato de adesão, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
 - ✓ 02002.1236100522.024 – 44905200000 – 11110000000 – Ficha: 00041 (Recursos Próprios - MDE);
 - ✓ 02003.1236500251.380 – 44905200000 – 11110000000 – Ficha: 00078 (Recursos Próprios Educação - MDE);
 - ✓ 02002.1236100522.024 – 44905200000 – 11130000000 – Ficha: 00041 (Recursos Fundeb 30%);
 - ✓ 02002.1236100522.026 – 44905200000 – 11200000000 – Ficha: 00046 (Recursos Salário Educação).

CLÁUSULA SÉTIMA

7. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).
- 7.2. O recebimento do objeto será efetuado por servidor indicado pela SEED, o qual poderá, junto à contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega e instalação do material, ou até mesmo substituí-lo por outro novo.
- 7.3. A entrega e instalação do material contratado serão realizadas em dias úteis, nos horários das 08hs às 11hs e das 13h às 16h, mediante agendamento prévio com a SEED.
- 7.4. A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00 conforme o art. 5, §8º, da Lei nº 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:
 - 7.4.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.
 - 7.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA OITAVA

8. DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

- 8.1. A garantia mínima para o mobiliário fornecido deverá ser de 05 (cinco) anos, a contar da data do aceite e só será considerado aceite pela SEED, conforme o artigo 73, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei 8.666/93, através de atestado em Nota Fiscal, após a conferência quantitativa e qualitativa, não excluindo a responsabilidade civil a ele relativa, nem ético-profissional, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor -CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido; e a eventual contratada se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.
- 8.2. A garantia abrange a manutenção corretiva e/ou assistência técnica dos produtos diretamente pela CONTRATADA ou por intermédio de empresa credenciada, e de acordo com as normas técnicas específicas para cada material e/ou componentes, a fim de manter o produto em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 8.3. Entende-se por manutenção corretiva e/ou assistência técnica aquela destinada a remover defeitos apresentados compreendendo a substituição de produtos, peças ou componentes, bem como ajustes, reparos e correções necessárias.
- 8.4. Todas as substituições de peças, ajustes e reparos necessários, deverão ser compatíveis com os ofertados pela contratada e estar de acordo com os manuais e normas técnicas especificadas pelo fabricante.
- 8.5. Os serviços deverão ser realizados nas dependências do órgão contratante ou, não sendo possível sanar o defeito do bem no local em que se encontrar, este deverá ser retirado para conserto externo sem qualquer ônus para a contratante, sendo que o prazo para reparo não poderá exceder a 10 (dez) dias, contados a partir da notificação.
- 8.6. A manutenção deverá ser realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) horas, contados a partir da comunicação do problema à Assistência Técnica. Caso não seja possível a reparação do produto fornecido no prazo estabelecido e a critério da CONTRATANTE, a utilização do produto tornar-se inviável, cabendo a CONTRATADA substituí-lo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por outro, com características iguais ou superiores ao substituído, a título de empréstimo pelo prazo em que o produto permanecer em reparo, devidamente instalado e em pleno funcionamento.
- 8.7. Todas as atividades necessárias aos reparos como: desinstalação, retirada, transporte, remessa de parte ou de todo ou qualquer outra ocorrerão por conta da CONTRATADA, sem ônus adicional a CONTRATANTE durante período de garantia. O produto deverá ser instalado por técnico qualificado para função em seu local/setor designado pela SESP.
- 8.8. Se o período de manutenção for além do período previsto pelo Contrato por atraso decorrente de omissão ou falha da CONTRATADA ou pela não aprovação da confiabilidade dos produtos ofertados pela CONTRATADA, a manutenção dos produtos instalados, nos períodos adicionais deverá ser cumprida pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.
- 8.9. A empresa deverá fornecer número de telefone e e-mail para abertura dos chamados para manutenção e/ou assistência técnica, devendo os chamados serem atendidos pela empresa num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação por parte da CONTRATANTE.
- 8.10. Os produtos deverão ser novos, isentos de qualquer defeito de fabricação, não apresentando quaisquer sinais de sujeira, mancha ou corrosão. Devendo ser entregues já montados e, protegidos por embalagens e/ou invólucros protetores, da forma que saíram da fábrica.

CLÁUSULA NONA

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE (Orientação Técnica nº 001/2021 – LGPD)

9.1. Contratada:

- a) *Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais;*
- b) *Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre/ES ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa. Caso as informações que tenham acesso envolverem o tratamento de dados pessoais sob responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre/ES, estará sujeito também aos dispositivos impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados.*

9.2. Contratante:

- a) *Adotará medidas de segurança aptas a proteger os dados pessoais coletados dos empregados da CONTRATADA a fim de cumprir obrigações legais.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA DÉCIMA

10. DAS SANÇÕES (Orientação Técnica nº 001/2021 – LGPD)

- 10.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, por descumprimento das regras sobre Proteção de Dados estabelecidas ou por ser responsável por incidente de segurança da informação envolvendo dados sob responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre/ES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. Compete à Contratada:

- a) *Entregar os equipamentos de acordo com as condições e prazo propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;*
- b) *Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;*
- c) *Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/1993;*
- d) *Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;*
- e) *Efetuar a entrega e instalação do material cotado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF);*
- f) *Fornecer o material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Anexo I-A do Termo de Referência, os quais deverão atender ao padrão mínimo de qualidade e, apresentar, obrigatoriamente, a certificação das normas reguladoras vigentes, bem como: ABNT, NBR e demais normas pertinentes aos materiais em questão. Devendo para tanto, apresentar o selo impresso nos materiais ou vir acompanhado dos documentos comprobatórios da certificação;*
- g) *Comunicar a SEED, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;*
- h) *Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a entrega dos materiais;*
- i) *Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(is) em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;*
- j) *Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da SEED;*
- k) *Manter limpas as áreas de trabalho, principalmente após a conclusão das montagens, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA a retirada horizontal, vertical e bota fora de todo entulho proveniente das embalagens dos móveis, devendo a CONTRATADA deixar todos os ambientes limpos e livres de qualquer embalagem após a montagem do mobiliário;*
- l) *Dispor de pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado, treinado e devidamente identificado com o uniforme da empresa, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança e com qualidade;*
- m) *Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;*
- n) *Apresentar a(s) fatura(s) discriminando o(s) serviço(s) executado(s) e respectivo(s) preço(s);*
- o) *Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerente ao objeto do certame;*
- p) *Apresentar amostras dos itens especificados no Anexo I-A do Termo de Referência, devendo os mesmos ser submetidos à aprovação da CONTRATANTE;*
- q) *Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como: mão de obra, materiais, administração, equipamentos, ferramentas, combustíveis em geral, fretes, impostos, taxas, emolumentos, encargos sociais, seguros e outros;*
- r) *A CONTRATADA se responsabilizará pela instalação dos materiais fornecidos, bem como, pelo armazenamento até sua instalação. O mobiliário deverá ser montado no município de Alegre-ES, sem custos adicionais conforme Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela SEED;*
- s) *Possuir representação comercial nos limites da região metropolitana da Grande Vitória, visando ao melhor atendimento dos serviços a serem prestados.*

11.2. Compete à Contratante:

- a) *Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;*
- b) *Definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;*
- c) *Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei Nº 8.666/1993;*
- d) *Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;*
- e) *Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes à execução dos serviços que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA;*
- f) *Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento às exigências pré-estabelecidas;*
- g) *Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais empregados na execução dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor; 11.2.8 -efetuar o pagamento nas condições pactuadas.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DOS ADITAMENTOS

- 12.1. O presente Contrato poderá ser aditado, nos termos da Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da Assessoria Jurídica do Município de Alegre/ES e autorização do Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

- a) *Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;*
- b) *Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;*
- c) *A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.*

- 13.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) *advertência;*
- b) *multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;*
- c) *suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;*
- d) *impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;*
- e) *declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.*

- 13.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

- 13.2.2. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário Executivo de Educação – SEED, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

- 13.2.3. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário Executivo de Educação – SEED, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

- 13.2.4. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

- 13.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) *Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;*
- b) *A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;*
- c) *O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;*
- d) *O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;*
- e) *Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;*
- f) *O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

- 13.4. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.
- 13.5. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.
- 13.6. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.
- 13.7. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14. DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

- 14.1. Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.
- 14.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.
- 14.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.
- 14.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.
- 14.5. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15. DA RESCISÃO

- 15.1. A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16. DOS RECURSOS

- 16.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por Geovani da Silva Ramos, FISCAL nomeado através do Ofício Nº 1002/2022–Gabinete/PMA, 28/12/2022, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18. DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

- 18.1. Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, César Eduardo Viana Ramos, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade Nº MG-11.530.514 e do CPF Nº 051.445.496-24, residente e domiciliado na Rua Ubaí, 107, Apto. 101, Ipiranga, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.140-610.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

- 19.1. A rescisão do Contrato poderá, ainda, ocorrer de forma amigável por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração Pública.
- 19.2. Fica eleito o foro da cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para igual distribuição e, conseqüentemente, produza seus efeitos legais.

Alegre/ES, 29 de Dezembro de 2022.

NEMROD
EMERICK:27
048542896

Assinado de forma
digital por NEMROD
EMERICK:27048542896
Dados: 2022.12.29
12:46:31 -03'00'

NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Contratante

ANTONIO DE JESUS
FERNANDES
RAMOS:690491908
63

Assinado de forma digital por
ANTONIO DE JESUS
FERNANDES
RAMOS:69049190863
Dados: 2022.12.29 13:37:41
-03'00'

ANTONIO DE JESUS FERNANDES RAMOS
Fortline Indústria E Comércio De Móveis Ltda
Contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

- RELATÓRIO -

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico (SRP) Nº 015/2022 (Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 009/2022 – SESP-ES)

Proc. Nº: 2022-WRZ90 (SESP-ES)

Cód.ID. CidadES/TCE-ES – SESP-ES: 2022.500E0600022.02.0006

Proc. Nº: 6504 de, 14/12/2022 (PMA-ES)

Cód.ID. CidadES/TCE-ES – PMA-ES: 2022.004E0500003.16.0002

Objeto: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS PARA ATENDER A SEED, MUNICIPIO DE ALEGRE-ES.

Data da Sessão: Dia 16 de setembro de 2022, às 14h e 30min

Data da Homologação: 11/10/2022

Homologação do Termo de Adesão: 29/12/2022

Publicação do Termo de Adesão: 30/12/2022

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	QTD.	UNID.	VALORES (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	MESA ANGULAR DE TRABALHO, conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FORTLINE MILLUS (751414)	02	UN	1.975,00	3.950,00
02	MESA RETA DE TRABALHO - L1200 X P600 X H740 MM, conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FORTLINE MILLUS (75120)	15	UN	1.150,00	17.250,00
14	ARMÁRIO ALTO, conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FORTLINE FIT (FT067)	20	UN	2.440,00	48.800,00
16	GAVETEIRO VOLANTE 04 GAVETAS, conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FORTLINE FIT (FT1F01940)	10	UN	1.170,00	11.700,00
25	MESA DIRETORIA COM COMPLEMENTO - DIMENSÕES: 1800 X 1800 X 740MM (LXPXA), conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FORTLINE ARGUS (200180D)	01	UN	10.828,00	10.828,00
33	ARMÁRIO BAIXO DIRETORIA COM PORTAS DE CORRER, conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FORTLINE ARGUS (200077CO)	01	UN	9.329,00	9.329,00
VALOR TOTAL (LOTE 01)					R\$ 101.857,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	QTD.	UNID.	VALORES (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
02	CADEIRA DIRETORIA SEM ENCOSTO DE CABEÇA, conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FK GRUPO AGILE (KAGI)	01	UN	3.600,00	3.600,00
09	CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL, conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FK GRUPO JOB (SJOB)	20	UN	1.930,00	38.600,00
11	CADEIRA OPERATIVA TELADA, conforme especificação constante no Anexo I-A do Edital.	FK GRUPO ADDIT (KADD)	02	UN	2.710,00	5.420,00
VALOR TOTAL (LOTE 02)					R\$ 47.620,00	

VALOR TOTAL DA ADESAO: R\$ 149.477,00 (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS)

Alegre/ES, 29 de Dezembro de 2022.

**NEMROD
EMERICK:27
048542896**

Assinado de forma
digital por NEMROD
EMERICK:27048542896
Dados: 2022.12.29
13:07:00 -03'00'

NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Contratante

**ANTONIO DE JESUS
FERNANDES
RAMOS:690491908
63**

Assinado de forma digital
por ANTONIO DE JESUS
FERNANDES
RAMOS:69049190863
Dados: 2022.12.29 13:38:25
-03'00'

ANTONIO DE JESUS FERNANDES RAMOS
Fortline Indústria E Comércio De Móveis Ltda
Contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35
